

Reuniões, atas e práticas pedagógicas: as concepções escolanovistas das professoras do Grupo Escolar Manuel Luís

Meetings, minutes and pedagogical practices: the new school conceptions of teachers at Grupo Escolar Manuel Luís

*Solyane Silveira Lima**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

*Anne Emilie Souza Cabral***

Universidade Tiradentes

Resumo

Nas primeiras décadas do século passado foram difundidas no contexto educacional brasileiro as ideias da Escola Nova, que chegaram através dos intelectuais que iam estudar no exterior e traziam essas concepções para o Brasil. Essas percepções foram apropriadas por docentes das instituições escolares. Diante disso, este trabalho busca analisar as concepções das professoras do Grupo Escolar Manuel Luís, localizado no Estado de Sergipe, instituição criada no ano de 1924 e que tinha a finalidade de formar as crianças da capital. Primeiramente, faremos um panorama do contexto educacional e sergipano e, em seguida, demonstraremos os principais discursos presentes nas Reuniões Pedagógicas realizadas no Grupo Escolar. Por fim, através da análise das atas, constatamos que as professoras se apropriaram de alguns conceitos da Escola Nova, desenvolvendo assim uma prática escolar pautada nesse pressuposto.

PALAVRAS-CHAVE: Reunião; Escola Nova; Grupo escolar.

Abstract

During the first decades of the last century ideas of the New School began to be spread in the Brazilian educational context, these ideas came through intellectuals who went to study abroad and brought these concepts to Brazil. These perceptions were appropriated by teachers in schools. This paperwork seeks to analyze the teachers' conceptions of the School Group Manuel Luis, located in the state of Sergipe, Brazil, which was established in 1924 and was intended to form children living in the capital city. At first, it will be demonstrated how was the educational context in Sergipe, and then the major discourses present in Pedagogical Meeting held at School Group. Through the analysis of the documents it can be seen that teachers have appropriated some concepts of the New School, developing a school practice guided on this assumption.

KEYWORDS: Meeting; New School; School group.

“A escola nova faz seu ponto de partida do aluno para o mestre”, essa foi uma das falas da Professora Virginia Alves Oliveira encontrada no Livro de Atas do Grupo Escolar Sergipano Manuel Luís, na qual a docente deixa explícita a sua inclinação pelos preceitos difundidos pelo escolanovismo, e completa: “A escola tradicional nega esta regra tão prática e necessária”. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1953). Portanto, a partir da análise de documentos como este, aventamos a hipótese que, em Sergipe, assim como no cenário educacional brasileiro, durante as primeiras décadas do século passado, vigoraram as ideias da Escola Nova.

Dessa maneira, com a pretensão de confirmar a hipótese citada, este estudo apresenta como objetivo principal verificar a difusão das concepções pedagógicas no interior das instituições escolares primárias sergipanas. Para tanto, serão analisadas as atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Manuel Luís com o intuito de compreender quais eram as principais ideias discutidas pelos profissionais presentes na referida instituição, bem como examinaremos quais eram as concepções que as professoras dos grupos escolares possuíam para a formação das crianças em Sergipe durante as décadas de 40 e 50 do século passado.

Inicialmente dissertaremos sobre as concepções escolanovistas presentes no Brasil, apropriadas por intelectuais que iam estudar fora do nosso país. Também discutiremos sobre o cenário educacional tanto brasileiro quanto sergipano e como esse movimento educacional interferiu no processo de apropriação das ideias inovadoras pelos docentes do Grupo Manuel Luís.

Este trabalho está respaldado na perspectiva da história cultural, conforme afirma Chartier: “A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 17). Neste artigo pretende-se entender a prática escolar no processo da realização das reuniões pedagógicas, focando principalmente na análise dos temas discutidos pelas docentes. Castanho (2006) denota que:

[...] o português António Nóvoa (1992), que divide o seu trabalho entre história da educação e problemas metodológicos ligados à formação de professores, mostra-se inclinado a uma observação histórica da educação centrada na questão da cultura escolar articulada em quatro blocos: os atores, os discursos e as linguagens, as instituições e sistemas educativos e enfim as práticas educativas. (CASTANHO, 2006, p. 157).

O foco deste estudo é problematizar a atuação dos docentes do Grupo Escolar, os discursos que eles se apropriaram e demonstrar através do contexto histórico o que permeava o sistema educacional brasileiro e sergipano naquele momento. Para isso serão utilizados como fontes o Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Manuel Luís e uma bibliografia para auxiliar na compreensão da organização do sistema educacional.

Durante a Primeira República, o Brasil passava por um caos na área da saúde devido à disseminação das doenças contagiosas. De acordo com Sidney Chalhoub (1996,

p. 32), a tísica, isto é, a tuberculose ameaçava tornar-se moléstia endêmica no país. O que mostrava que as condições de saúde pública estavam se deteriorando não apenas pela ocorrência de epidemias de febre amarela, varíola, cólera etc., mas com a mortandade crescente e constante pela tísica, doença que o saber médico do período associava às condições de miséria em que vivia a população.

Diante dessa situação, a estratégia de combate ao problema constituía-se em duas etapas: a repressão dos maus hábitos das classes pobres e o cuidado com a educação das crianças. Assim, tinha-se a concepção de que a aprendizagem devia focar no processo de adoção de hábitos higienistas, demonstrando à população os problemas causados pelas referidas doenças e como preveni-las. Além da necessidade da prevenção tornava-se importante eliminar o analfabetismo no país.

Com o objetivo de atender os padrões de civilidade propagados pela República, a Pedagogia Moderna foi adotada nos moldes educacionais para formar pessoas conforme os padrões higienistas e para desenvolver a aprendizagem dos alunos com o intuito de erradicar o analfabetismo. Dentre as mudanças presentes na educação, destaca-se a construção de escolas graduadas que aqui no Brasil ficaram mais conhecidas como os grupos escolares, as quais possuíam salas e janelas amplas para uma melhor iluminação e circulação do ar, além da apropriação do método intuitivo para o desenvolvimento da aprendizagem.

O desenvolvimento desse método da aprendizagem se dava através dos sentidos dos próprios alunos; primeiro a criança tinha contato com os objetos para que a partir dessa observação elas pudessem formular ideias abstratas. Com a Escola Nova, foram acrescentados estudos focados na biologia, sociologia e psicologia para que, assim, fosse possível ter um conhecimento pleno com relação à criança. No método de ensino foi acrescentado mais um elemento: a questão das experiências que a criança utilizava no processo de aprendizagem. (CARVALHO, 1998).

Na pedagogia moderna o processo de aprendizagem ocorria quando o professor demonstrava para a criança o objeto de estudo e a partir dessa observação era despertado o interesse nela; já com a Escola Nova esse tipo de metodologia é diferenciado: primeiro era despertado no aluno o interesse para aprender, em seguida, ele observava os objetos de maneira concreta, para que pudesse experimentar.

O método adotado pelos defensores do ideário escolanovista denominava-se de método ativo e foi criado por John Dewey, depois de ele ter relatado a importância da experiência reflexiva que mostrava que o aluno aprendia os conceitos depois de ter experimentado e refletido sobre as suas análises, ou seja, não era algo solto, a experiência tinha que passar por uma reflexão para que ocorresse a aprendizagem. Valdemarim (2004) destaca que essa experiência era a não acadêmica, em que despertando o interesse do aluno ele estaria preparado para compreender os assuntos.

Como foi dito anteriormente, não era somente o método que era discutido para a aprendizagem dos alunos, as ciências como a Biologia, a Psicologia e a Sociologia eram essenciais para compreensão e desenvolvimento da criança. De acordo com Lourenço Filho (1978) a Escola Nova era um conjunto de princípios que buscava refletir sobre

as condutas das ditas escolas tradicionais e buscar soluções para que a escola atendesse as mudanças relativas às estruturas sociais.

Lourenço Filho (1978) acreditava que as ciências eram importantes para a aprendizagem, pois, a partir delas, o professor teria um conhecimento integral da criança, para que o ensino pudesse ser desenvolvido de acordo com a realidade de cada educando, evitando assim o uso dos castigos físicos e a aprendizagem focada somente na memorização, aspectos esses que eram confrontados pelos intelectuais escolanovistas.

Todas essas ideias foram apropriadas e o interesse em aplicá-las no Brasil ocorreu a partir do momento em que intelectuais brasileiros visitaram países estrangeiros e lá puderam ter acesso às “modernas” ideias pedagógicas. Com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 16 de outubro de 1924 (NUNES, 2000), essas ideias eram discutidas por estudiosos de diferentes estados brasileiros que participavam das Conferências promovidas pela ABE e difundiam as concepções discutidas nos seus Estados.

O contexto educacional brasileiro e sergipano: a difusão das ideias escolanovistas

É importante destacar que as ideias escolanovistas começaram a permear no contexto educacional brasileiro devido aos processos de mudanças e transformações que aconteciam em todo o país. No início do século passado, aqui no Brasil, começou-se a se difundir as ideias da Escola Nova. Analisar o panorama geral ajuda a entender o contexto em que se encontrava o cenário educacional brasileiro e sergipano, pois segundo Bloch: “Nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (2001, p. 60).

Na obra organizada por Miguel, Vidal e Araújo (2011) demonstra-se um movimento de vários Estados brasileiros em difundir e consolidar os princípios escolanovistas. A começar pelo estado de São Paulo, que está presente em seis capítulos da obra citada. O primeiro capítulo é o da autora Marta de Carvalho (2011), que fez uma análise de um livro publicado por Sampaio Dória, intitulado *Princípios da Pedagogia*, tentando compreender a reforma empreendida por ele. Segundo a autora, Sampaio Dória optou por uma política de universalização da escola pública, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, fundamentando-se nos princípios spencerianos, e para ele a formação deveria ocorrer em dois anos e o método que auxiliaria essa formação era o da intuição analítica.

O segundo trabalho que trata somente do estado de São Paulo é o de Diana Gonçalves Vidal (2011), em que ela fez uma análise do inquérito produzido por Fernando de Azevedo em 1926 sobre a situação da educação de São Paulo. A sua análise se restringe somente aos aspectos referentes ao ensino primário e da Escola Normal; concomitantemente a autora demonstra as contendas políticas no período da produção desse inquérito. Outro trabalho é o de Cecília Hanna Mate (2011), que fala sobre a Reforma de 1931 e da revista *Escola Nova*; tanto a reforma quanto a revista possuíam discursos que se coadunavam, além disso, demonstrou-se que essa reforma estava mais preocupada em relatar as atividades e as tarefas que deviam ser desenvolvidas nas escolas.

O quarto trabalho, de autoria de Paula Perin Vicentini e Rita de Cassia Galego (2011), aborda a reforma de Sud Mennucci em 1932. As autoras ressaltam que ele se preocupava com o ensino rural, com a necessidade de se criar escolas adequadas à realidade do Brasil, buscando valorizar os professores. Já Rosa de Fátima Souza (2011) aborda a reforma empreendida por Fernando Azevedo em São Paulo no ano de 1933, quando o mesmo assumiu o cargo de diretor Geral da Instrução Pública. Por fim, o último trabalho que comenta sobre o sistema educacional de São Paulo em prol dos princípios escolanovistas é o de Raquel Gandini (2011), em que se demonstrará a administração de Antonio F. Almeida Junior entre os anos de 1935 e 1938.

Com relação ao Distrito Federal existem três trabalhos que foram discutidos na obra organizada por Miguel et al. (2011), o de André Luiz Paulilo (2011), o de Sonia Câmara (2011) e o de Clarice Nunes (2011). O primeiro aborda a reforma de Carneiro Leão na cidade do Rio de Janeiro (antiga capital do Brasil) durante os anos de 1922 e 1926, ressaltando que Carneiro Leão priorizou os princípios ativos de aprendizagem.

O segundo trata das reformas empreendidas durante os anos de 1927 e 1930, elaboradas por Fernando de Azevedo. De acordo com a autora “Fernando Azevedo procurou transformar a cidade num centro de irradiação do movimento pedagógico escolanovista” (CAMARA, 2011, p. 188). O último, de Clarice Nunes (1921), denota sobre a atuação de Anísio Teixeira na Secretaria Municipal de Educação no Rio de Janeiro entre os anos de 1931 e 1935.

Em outros estados brasileiros também houve reformas educacionais focadas nos princípios escolanovistas. No Estado de Minas Gerais, Beccas (2011) relata sobre as reformas educacionais durante os anos de 1920 a 1927, as quais tinham uma fundamentação dos pressupostos da Escola Nova. Elizabeth de Sá e Nicanor de Sá (2011) comentam sobre a reforma educacional que ocorreu no estado do Mato Grosso, buscando analisar fontes como legislação, mensagens dos presidentes do estado, relatórios e jornais. Concluíram que as propostas presentes na reforma possuíam semelhanças com as reformas realizadas em outros estados, tendo nela alguns princípios escolanovistas.

No Paraná, Maria Elisabeth Blanck Miguel (2011) fala sobre a reorganização, consolidação e expansão do ideário escolanovista no referido Estado. De acordo com essa autora, a Pedagogia da Escola Nova foi consolidada no processo de formação de professores. Em Santa Catarina intelectuais tiveram alguns limites para executar as reformas educacionais devido à presença de escolas privadas e confessionais para a formação da elite e comunidades estrangeiras, porém houve reformulações dos currículos da Escola Normal e propagou-se o discurso sobre as concepções da Escola Ativa (BOMBASSARO; SILVA, 2011).

Schwartz e Simões (2011) demonstram como houve a reforma escolanovista no Espírito Santo, relatando que os idealizadores se utilizaram da imprensa para sensibilizar a população sobre a Escola Nova, fazendo experiência na Escola Ativa no Grupo Escolar Gomes Cardim e investindo na formação de professores e inspetores, segundo os modernos preceitos pedagógicos. No Rio Grande do Sul, com o objetivo de fortalecer a escola, os governantes apropriaram-se das ideias escolanovistas, como guia de renovação

educacional. Segundo Bastos e Tambara (2011), a reforma: “Foi um resultado de uma conjunção de elementos [...] e não de uma evolução ou necessidade” (BASTOS, TAMBARA; 2011, p. 379).

No Nordeste também houve reformas fundamentadas no ideário da Escola Nova. Maria Juraci Maia Cavalcante (2011) denota sobre a oportunidade que Lourenço Filho teve em realizar modificações na instrução pública do Estado do Ceará, atrelando aos princípios da Escola Nova. Na Bahia, Lúcia Rocha (2011) demonstrou a reforma empreendida no período de 1924 e 1928, por Anísio Teixeira, enquanto Inspetor da Instrução Pública. Apesar das dificuldades ele conseguiu divulgar o método da Escola Ativa entre os professores.

Marta Maria Araújo (2011) fez uma análise da atuação de José Augusto Medeiros, no Rio Grande do Norte, durante os anos de 1924 e 1927; segundo a autora, José Augusto afeiçoava-se pelos princípios da Escola Nova. Em Pernambuco houve também reformas realizadas por Carneiro Leão, em 1928, inspiradas nos pressupostos escolanovistas. Na Paraíba, Kuleska (2011) comenta a atuação do inspetor de ensino José Baptista de Mello que, segundo o autor, era um entusiasta do movimento da Escola Nova. A Reforma empreendida por esse inspetor teve como modelo as reformas realizadas no Ceará e no Distrito Federal.

No Maranhão, Diomar das Graças Motta (2011) relata sobre o processo de difusão desses modernos pressupostos no referido Estado. Segundo a autora a difusão ocorreu devido aos seguintes aspectos: a reestruturação do curso Normal, a formação de recursos humanos, a participação de intelectuais em eventos e as obras editadas por Luiz Rego, professor da Escola Normal.

No caso de Sergipe, houve a atuação de diversos intelectuais que se apropriaram do ideário escolanovista e difundiram essas ideias em todo o estado, por meio de jornais, no processo de formação de professores e através da inspeção escolar, em que muitos deles orientavam as professoras dos grupos escolares sobre os modernos preceitos pedagógicos.

É possível afirmar que a apropriação dos padrões do movimento da Escola Nova em Sergipe foi ajustada ao conjunto de necessidades e possibilidades existentes no âmbito local, não apenas em virtude da compreensão que tiveram os intelectuais sergipanos que se entusiasmaram pelo movimento, mas também considerando os conflitos e resistências enfrentados pela proposta. (NASCIMENTO; FREITAS, 2011, p. 95).

Um dos intelectuais que se apropriou do ideário escolanovista foi Acrísio Cruz. Segundo Berger (2011), Acrísio Cruz foi diretor de grupos escolares, presidente do Departamento de Educação por cinco vezes, autodidata, estudioso na área da psicologia e dos modernos preceitos pedagógicos, e empreendeu diversas reformas educacionais como a criação de escolas rurais.

Além disso, em 1945, enquanto era presidente do Departamento da Educação,

Acrísio Cruz instituiu o Regulamento de nº 262 de 31 de outubro de 1945, que determinava a realização de reuniões pedagógicas nos grupos escolares. Diante disso, periodicamente os professores dos referidos estabelecimentos reuniam-se para debater assuntos referentes à educação e muito desses assuntos tinham uma relação com os princípios do ideário escolanovista.

Os temas das reuniões pedagógicas no Grupo Escolar Manuel Luís

De acordo com Berger (2006), o Grupo Escolar Manuel Luís foi criado em maio de 1924, sendo a sua construção realizada próxima a umas das praças mais importantes da cidade, para que pudesse dar uma visibilidade aos transeuntes, pois uma das preocupações dos governantes era demonstrar o interesse que eles tinham com a educação.

Essa escola possuía um edifício majestoso, com salas e janelas amplas, atendendo aos preceitos da pedagogia moderna. Para a construção do mesmo foi expedido um decreto em 19 de julho de 1923, desapropriando algumas propriedades. Atualmente funciona no mesmo edifício a Escola Estadual Manuel Luís.

Berger (2006) comenta que o Manuel Luís era o cartão de visita das autoridades, pois muitos intelectuais, governantes de outros estados e técnicos na área da educação visitavam a referida instituição. Além disso, era lá que as normalistas estagiavam. Almeida (2009) relata que as professoras que ensinavam no referido estabelecimento já possuíam alguma experiência no campo da docência.

Neste grupo foram realizadas reuniões pedagógicas de acordo com as determinações do regulamento de 1944; eram feitas duas reuniões em cada bimestre, e um professor era responsável em apresentar algum tema referente aos aspectos educacionais. No arquivo do Grupo Escolar Manuel Luís existe o Livro de Atas das reuniões pedagógicas que datam a partir de 1950 e no Arquivo Público de Sergipe encontram-se cópias das atas de tais reuniões. Essas cópias eram uma determinação do regulamento de 1945, no qual se estabelecia que, a cada reunião feita, uma cópia da ata deveria ser enviada para o Departamento da Educação.

Diversas eram as temáticas discutidas, como na área das ciências, na metodologia, nos programas de ensino, temas considerados polêmicos como os castigos físicos, exames, religião e o ensino de diferentes disciplinas. Muitos desses temas tinham uma relação com ideário escolanovista, o que repercutia na formação do pequeno infante.

Um dos temas comentados envolvendo as ciências na Educação foi o das docentes Mirena de Lima e Zuleide Nunes. Para Mirena, a Educação tem uma dívida com a Psicologia e, para Zuleide, a Psicologia era importante para se compreender a evolução da criança em diferentes idades. As ideias das professoras demonstram que elas se apropriaram de um dos princípios da Escola Nova, visto que um dos escolanovistas, Lourenço Filho (1978), ressaltou que a Psicologia era uma ciência que ajudava na compreensão do que era o aluno nas suas diferentes faixas etárias, com isso podemos perceber uma apro-

priação desse discurso conforme seguinte fala:

[...] o presidente concedeu a palavra à professora Zuleida Nunes Cardoso. Esta leu um excelente trabalho sobre a Idade Escolar - Mestre - Escola Primária. Definiu os problemas mais importantes da Psicologia Educacional residem no estudo da criança em toda sua evolução, através de diferentes idades. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica. “Manuel Luís”, 1953).

Com relação à metodologia da aprendizagem, uma das professoras do Grupo fez críticas ao método que estava sendo utilizado na instituição, pois não despertava o interesse da criança, e criticou ainda o Departamento da Educação devido ao aumento de matrículas de alunos por sala e a falta de material para o ensino. Para ela esses dois últimos aspectos dificultavam o ensino pautado nos modernos preceitos pedagógicos, visto que era importante haver recursos didáticos para atrair a atenção das crianças para os conteúdos sistematizados nos programas de ensino.

[...] Usou da palavra a professora Berenice Nunes de Azevedo que uma palestra fez confronto entre o ensino de nossos dias e o ensino tradicional. Afirmou a professora que os nossos métodos de ensino não satisfaziam o interesse das crianças. Referiu-se que as nossas aulas não são devidamente aparelhadas, segundo a escola ativa. O professor não pode tornar atraente suas aulas, se estas são enfadonhas à falta de material didático que possa tornar o ensino objetivo. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1953).

Já a professora Gisélia Moraes acreditava que, para o interesse da criança ser despertado, era essencial a atuação do professor, que para ela é o principal causador da desatenção dos alunos. “Quando em uma aula o professor tem boa didática e sabe cativar a atenção do aluno este se esquece do tempo” (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1954). Esta concepção está muito atrelada a de Miguel Aguayo, autor do livro *Didática da Escola Nova* (1952), que afirma que o professor deve motivar ao máximo o aluno para que o mesmo possa aprender os conteúdos de uma determinada disciplina, o que seria uma obrigação do docente.

A professora Virginia Alves de Oliveira dissertou sobre a forma adequada que o professor deve ensinar aos seus alunos, devendo o professor conhecer a capacidade de cada educando, pois a escola nova demonstrou que o ensino parte do aluno para o mestre e a escola tradicional demonstrava o inverso. Quando a professora Virginia comenta dessa forma percebe-se um princípio escolanovista em que, para o desenvolvimento da aprendizagem, era necessário primeiro despertar o interesse da criança. “O desconhecimento da capacidade do aluno é um dos mais graves defeitos do educador. A escola nova faz o seu ponto de partida. Do aluno para o mestre. A escola tradicional nega esta regra tão prática e necessária”. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1960).

Essa concepção de verificar as capacidades das crianças para o desenvolvimento do ensino tem uma relação também com as ideias de John Dewey. “A criança é o ponto de partida, o centro e o fim. Seu desenvolvimento e seu crescimento ideal. Só ela fornece a medida e o julgamento em educação. Todos os seus estudos se subordinam ao cresci-

mento da criança”. (DEWEY, 1978, p. 46).

Outro aspecto discutido que envolvia a metodologia era a maneira como as professoras do Grupo disciplinavam os seus alunos. A docente Luzia Alves denunciou o uso de castigos físicos utilizados por algumas professoras do estabelecimento de ensino. O tema métodos disciplinares também foi discutido por mais duas professoras em diferentes reuniões. A professora Maria Lúcia Mota alertou que os castigos corporais não eram adequados para a educação do pequeno infante.

Para moldar o comportamento do pequeno infante, alguns aspectos poderiam ser utilizados como a afeição do aluno pelo professor, as recompensas e o desenvolvimento de hábitos nas crianças no que concernem as responsabilidades do educando. Utilizando esses aspectos, não era necessário recorrer aos castigos físicos, conforme o seguinte comentário:

- 1º Os sentimentos afetivos - A afeição pelo mestre.
- 2º Os sentimentos pessoais - O amor próprio o prazer.
- 3º O interesse refletido - A esperança das recompensas.
- 4º A ideia do dever. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1960).

No tocante ainda à disciplina, a docente Noêmia Diniz destacou que a disciplina está na capacidade do professor em governar os seus alunos. Esta abordagem demonstra mais uma vez a ideia de Aguayo (1952) de que era o professor o responsável em manter a ordem na sala de aula.

Ainda com relação ao método, em mais uma reunião pedagógica, a professora Raimunda Silva de Araújo demonstra que para se ensinar era importante seguir uma sistematização: primeiro se fazia uma preparação dos conteúdos que iam ser abordados na sala de aula, depois eram feitos os exercícios, para que os alunos expressassem o que tinham aprendido.

A professora Raimunda da Silva Araújo leu o seu trabalho: Composição individual- desenvolvimento da aula.

a) Fase de preparação

1º Palestra, com crianças sobre o tema escolhido (aniversário, presentes) palavras escolhidas para a formação de sentenças;

2º Organização do exercício - Devemos em seguida exigir da criança leia o trabalho depois de terminado. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1959).

Nessa organização há um aspecto que é o momento dos alunos se expressarem, que está relacionado às ideias de Decroly. Porém, é importante destacar que para Decroly as crianças podem se expressar de diferentes maneiras; já para a professora Raimunda a maneira da criança se expressar ocorria por meio da leitura produzida por ela. Além da metodologia discutida pela professora, ela comenta sobre a maneira que os professores deviam corrigir a ortografia dos alunos. Para a Raimunda, os professores só deviam corrigir

os erros ortográficos das palavras que estavam sendo trabalhadas na sala de aula.

Neste período que está sendo analisado, o ensino da linguagem centrava-se na ortografia e caligrafia, aspectos relacionados à gramática. Para a professora Maria Regina Oliveira a gramática devia ser somente trabalhada a partir do terceiro e quarto anos, quando os alunos já tinham adquirido o hábito de buscar informações em outras fontes como o dicionário.

Essa ideia é muito semelhante ao pensamento de Comenius (2006), quando o mesmo aborda os tipos de livros para o ensino: Vestíbulo, Porta, Palácio e Tesouro. Para ele, somente quando o aluno chega ao segundo tipo de livro é que a criança deve aprender as regras gramaticais. Isso quer dizer que, para a criança aprender a gramática, é importante que ela primeiro seja preparada.

A professora Consuelo Andrade destacou o aspecto da expressão no processo de aprendizagem da criança no tocante a linguagem. Consuelo enfatizou a importância das conversas entre o professor e o aluno. Com a Escola Nova a ideia de que o professor é aquele que fala e o aluno escuta vai sendo eliminada por uma noção da necessidade dos alunos se expressarem.

A disciplina Linguagem não foi a única discutida nas reuniões pedagógicas, outras disciplinas também foram abordadas, dentre elas: Educação Física, Educação Moral, Religião, Geografia, História, Matemática. Sobre a Educação Física, uma das professoras relatou que não adiantava cuidar da formação intelectual do aluno se não se cuidasse também do seu corpo, para que ele estivesse preparado para a vida. Neste período a Educação Física estava focada em exercícios calistênicos.

Sobre a Educação Moral, destacou-se em três reuniões a importância da atuação dos pais no processo de educação das crianças. O primeiro momento foi de Lourdes Maciel Tavares, que relatou que a escola não podia se responsabilizar sozinha pela educação dos filhos. O segundo momento foi quando uma das professoras pediu a participação dos pais para estar mais próximo dos professores. E o último foi quando Albertina Bezerra Ribeiro falou sobre os problemas educacionais, dentre eles a falta de interesse dos pais em educar os seus filhos.

Sobre a disciplina Geografia, foi destacado em uma das reuniões que ela não deveria ser ensinada somente através da memorização, era importante o uso de materiais concretos como mapas, visitas a museus, para que a criança pudesse experimentar. Na História, relatou-se que o ensino poderia ser expositivo, porém ele devia ser acompanhado por um processo interrogativo para que os alunos pudessem encontrar as respostas dos questionamentos feitos pelo professor.

Por fim, a respeito da Matemática, uma das professoras também relatou sobre o uso do material concreto para o desenvolvimento da aprendizagem. Tudo isso porque na prática escolar pautada nos princípios desde a Pedagogia Moderna e reforçada com a Escola Nova era importante o uso de recursos pedagógicos que auxiliassem na aprendizagem dos alunos.

Apresentaram trabalhos como Jogos Matemáticos, Cartas de Linguagem e aparelhos elétricos, Caixas de Insetos etc., bem como o Teste de Triângulo que consiste em calcular a idade mental da criança com a idade cronológica, se estão mais ou menos em equilíbrio. (SERGIPE, Livro de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”, 1960).

Como se pode observar, alguns temas discutidos pelas professoras relacionavam-se aos discursos presentes tanto no contexto sergipano como no contexto brasileiro, focando assim os princípios do ideário escolanovista. Vale destacar que as apropriações por parte dos professores ocorreram devido a sua formação e a divulgação dos pressupostos da Escola Nova, por meio da imprensa e da atuação dos inspetores escolares que orientavam os professores segundo os modernos preceitos pedagógicos. (ALMEIDA, 2009).

Considerações finais

Conforme a historiografia educacional brasileira demonstra, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por questões que se voltaram para o processo da educação no país. O imaginário da escola era povoado pelos princípios escolanovistas e as mudanças ocorridas nesse campo eram motivos para se acreditar numa nova dinâmica que impulsionava as relações escolares. “O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil” . (VIDAL, 2000. p. 498).

Servindo de base à disseminação dos valores sociais e atendendo aos apelos da sociedade moderna, os ideais da Escola Nova provocaram uma ampliação das discussões acerca da educação, marcando, dessa maneira, o cenário nacional nas décadas de 1930, 1940 e 1950 com suas propostas inovadoras em oposição ao ensino tradicional existente. Com ela, a ciência ganhou espaço, norteando as diretrizes escolares e agregando conhecimentos da Psicologia e da Sociologia às práticas pedagógicas da época.

Portanto, observamos que as ideias escolanovistas perduraram por um longo período no século passado e que essas inovações pedagógicas chegaram ao Brasil a partir do momento que intelectuais brasileiros foram estudar em outros países e se apropriaram desses pressupostos pedagógicos, sendo a maioria deles destacados por John Dewey e Kilpatrick.

Preocupados com os problemas educacionais do país esses intelectuais resolveram criar uma associação na qual pudessem discutir-los. Foi com esse propósito que em outubro de 1924 um grupo de treze intelectuais cariocas fundou, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE). A partir da criação dessa Associação, houve uma articulação com outros estados brasileiros, inclusive Sergipe.

Muitos Estados empreenderam esforços para remodelar os seus sistemas educacionais e se adequarem ao moderno ideário escolanovista. Além disso, houve todo um movimento para difusão e estímulo junto aos docentes para que se apropriassem dessa metodologia de aprendizagem. Em Sergipe, a partir da documentação analisada, podemos perceber que houve a apropriação de alguns discursos referentes à Escola Nova. E

as Reuniões Pedagógicas realizadas pelas professoras do Grupo Escolar Manuel Luís demonstram que elas tanto conheciam as concepções do ideário escolanovista, como propunham a sua discussão nos momentos das referidas reuniões.

Referências

- AGUAYO, M. **Didática da Escola Nova**. Trad. J. B. Damasco; Antônio d'Ávila, 8. ed. São Paulo: Nacional, 1952.
- ALMEIDA, A. E. S. de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1961)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- ARAÚJO, M. C. de A. A Reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 231- 246.
- ARAÚJO, M. M. A educação escolar cidadina (Rio Grande do Norte, 1924-1927). In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 139-154.
- BASTOS, M. H. C.; TAMBARA, E. G. A Escola Nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- BERGER, M. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade – Analisando a trajetória dos Grupos Escolares**. Relatório apresentada a FAP-SE. Aracaju, 2006.
- BICCAS, M. de S. Reforma Francisco Campos: estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930). In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 155- 176.
- BLOCH, M. A história, os homens e o tempo” In: Marc Bloch. **Apologia da história**. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 51-68.
- BOMBASSARO, T; SILVA, V. L. G. Modernização do Estado e Reformas do Ensino: manifestações da Escola Nova em Santa Catarina. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EdUFU, 2011.
- CÂMARA, S. A Reforma Fernando Azevedo e as Colmeias Laboriosas no Distrito Federal 1927 a 1930. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 177- 196.
- CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e formação cívica: higiene, moral e trabalho no projeto de Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CARVALHO, M. M. C. A Reforma de Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946)**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 05-30.
- CASTANHO, S. E. M. Questões teóricas e metodológicas de historia cultural e educação. In: LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. B. S.; MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). **História, cultura e educação**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 137-168.
- CAVALCANTE, M. J. M. A reforma da Instrução Pública de 1922 no Ceará: impacto sobre

- Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 31-42.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COMENIUS, A. **Didática Magna**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GANDINI, R. P. C. Antônio F. de Almeida Junior e a administração da Diretoria do Ensino do Estado de São Paulo (1935-1938). In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- KULESZA, W. A. José Baptista de Mello e a Reforma da Educação na Paraíba. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 385-404.
- MATE, C. H. Lourenço Filho e a Reforma de 1931 (SP): o governo de professores... e de alunos. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 269-290.
- MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011.
- MIGUEL, M. E. B. A reforma da Escola Nova no Paraná: Lysímaco Ferreira da Costa e de Erasmo Pilotto. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 121-138.
- MOTTA, D. das G. Os reflexos da Escola Nova no Maranhão. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 447-460.
- NASCIMENTO, J. C.; FREITAS, A. G. B. de. Viagens, associação e inspeção: a Escola Nova em Sergipe. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 83-98.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- PAULILO, A. L. A Reforma Carneiro Leão no Distrito Federal (1922-1926). In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 43-62.
- ROCHA, L. M. da F. R. A instrução Pública na Bahia 1924-1928: Anísio Teixeira. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 63-82.
- SÁ, E.; SÁ, N. P. A influência do ideário escolanovista na reforma da Instrução Pública de Mato Grosso -1927. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 197-212.

SERGIPE. **Decreto n. 262 de 31 de outubro de 1945**. BPED. Leis e decretos. DS: 945.

SERGIPE. **Livro de atas da reunião pedagógica “Manuel Luís”**. Escola Estadual “Manuel Luís”.

SOUZA, R. de F. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional do estado de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de reforma. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 337- 362.

VALDEMARIM, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. SOUZA, Rosa F; VALDEMARIM, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2004, p. 164-203.

VIECENTINI, P. P.; GALLEGOS, R. de C. A Escola Nova em xeque na reforma de Sud Mennucci (São Paulo-1932): exaltação do trabalho dos professores brasileiros e ruralismo pedagógico. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 315-336.

VIDAL, D. G. O Inquérito sobre a Instrução Pública (1926) e as disputas em torno da educação em São Paulo. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Orgs.). **Reformas educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, p. 99-120.

VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E. M. T. FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

* Professora doutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, Brasil.

** Professora da Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Correspondência

Solyane Silveira Lima – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidade e Letras. Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro, CEP: 44300-000 – Cachoeira, Bahia – Brasil.

E-mail: solylim@hotmai.com – anne_cabral@hotmai.com

Recebido em 12 de abril de 2015

Aprovado em 22 de dezembro de 2015